

PANORAMA EUA

VOL. 17, Nº 1, JANEIRO 2026

Trump e a decomposição da ordem internacional



OPEU
OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INCT
INEU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES

PANORAMA EUA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2317-7977

VOL. 17, Nº 1, JANEIRO 2026

CORPO EDITORIAL

DIRETOR: Sebastião Velasco e Cruz

EDITORA: Tatiana Teixeira

www.opecu.org.br

Trump e a decomposição da ordem internacional

Por Williams Gonçalves¹

O mundo inteiro acompanha atônito o dia a dia do governo dos Estados Unidos, pois, a cada dia, Donald Trump surpreende o mundo com alguma nova medida extravagante. Ninguém jamais podia supor que a promessa que fez aos eleitores norte-americanos de tornar a América grande novamente implicaria em tão grande balbúrdia internacional. Apresentando-se sempre em atitude desafiadora, não só é capaz de lançar ameaças à integridade territorial de aliados históricos dos Estados, como o faz à Dinamarca, exigindo que esse país lhe ceda a soberania sobre a Groelândia, como promoveu um cerco militar à Venezuela, sob o absurdo pretexto de que o presidente Nicolás Maduro chefiava uma organização especializada em tráfico de drogas. A acusação culminou na violação da soberania do Estado da Venezuela, na forma de sequestro do presidente do país.

Essa sua maneira de “aumentar a respeitabilidade internacional” dos Estados Unidos se realiza aumentando o isolamento do país, dia após dia. E, em tais circunstâncias, os Estados Unidos já não podem contar com aliados que estejam dispostos a seguir sua orientação. Mesmo aqueles que, oportunisticamente, tentam ganhar sua confiança, acabam sendo expostos e humilhados. Trump, em assim usando o poder militar de que dispõe, está destruindo a ordem internacional que foi sendo construída ao longo dos últimos 80 anos. Todo o esforço realizado com vistas a disciplinar as sempre difíceis relações entre os Estados, mediante a criação de organismos reguladores especializados e a composição de um delicado direito internacional, está sendo posto abaixo por Trump. E o mais alarmante de tudo: ele não demonstra a menor preocupação em criar e respeitar regras. Parece se divertir em dissolver toda a ordem internacional, como se fosse possível a convivência entre os diferentes Estados em um ambiente sem qualquer ordem.

Por mais perturbadora que essa ideia pareça, a verdade é que Trump está levando o mundo, alegremente, à guerra. Uma guerra que ainda não tem os protagonistas claramente identificados, mas que parece inevitável. E, de acordo com a marcha dos acontecimentos, somente os cidadãos norte-americanos serão capazes de deter a catástrofe que se anuncia.

Desde o início do governo Barack Obama (2009-2017) a questão da mudança da ordem internacional se converteu em tema de discussão, envolvendo os formuladores de política externa dos Estados Unidos. Motivos não faltavam. A eleição do presidente democrata ocorreu em meio à séria crise do sistema financeiro, deflagrada pela implosão do mercado imobiliário, em finais do mandato do republicano George W. Bush (2001-2009). Coincidiu, ainda, com a divulgação do resultado do PIB chinês (8,7%),

¹ **Williams Gonçalves** é Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM-EGN). Doutor em Sociologia, também é pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU). Entre outros livros, é autor de *A China e a nova ordem internacional* (Editora Ayran, 2023) e *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek* (Funag, 2024).

que superava em muito os mais otimistas prognósticos e alçava a China à condição de maior potência comercial do mundo, superando os Estados Unidos e a Alemanha, assim como com a Primeira Cúpula de chefes de Estado do BRIC, que se realizava na cidade de Ekaterinburgo, na Rússia.

Ao se verem diante desses acontecimentos, os pesquisadores dos *think tanks* norteamericanos se deram conta de que o grupo apresentava grande potencial para alterar a correlação de forças no sistema internacional de poder. A alta performance econômica dos grandes países da periferia, capitaneados pela China e logo rotulados pela mídia de “países emergentes”, levava esses estudiosos das relações internacionais dos Estados Unidos a crer que, a persistir aquela tendência, não levaria muito tempo para que esses emergentes passassem a pressionar por mudanças na ordem internacional.

A ordem internacional criada em Bretton Woods (7/1944) e em Dumbarton Oaks (8/1944), que expressava a pujança econômica e o poder militar dos Estados Unidos na parte final da Segunda Guerra Mundial, já não podia atender satisfatoriamente os interesses desses países emergentes. Muito diferentes entre si, mas unidos pelo mesmo propósito de se manter no caminho do desenvolvimento econômico-social, esses países – Brasil, Rússia, Índia, China e, logo depois (2011) África do Sul, cada qual a seu modo – revelam um histórico de desconforto com alguns aspectos dessa ordem internacional criada para atender as necessidades e os interesses dos Estados Unidos.

A campanha eleitoral que levou Donald Trump à presidência, baseada na ideia-força *Make America Great Again*, e sua experiência governativa (2017-2021), reforçaram a convicção dos formuladores quanto à necessidade de lutar pela manutenção da ordem internacional. Embora não houvesse rompido com ela, Trump emitira sinais preocupantes de falta de compromisso com a ordem, a qual democratas e republicanos se empenharam em conservar desde quando instituída. Daí a razão pela qual o governo do democrata Joe Biden (2021-2025) ter sido marcado pela ostensiva disposição de assegurar a manutenção da ordem internacional. No discurso oficial, esta passou a ser denominada “ordem internacional liberal”, baseada em regras conhecidas, contrapondo-se a uma possível futura ordem internacional a ser criada pela China, Rússia e demais membros do BRICS. O perigo anunciado: uma inevitável “ordem internacional autoritária”, sem comprometimento com as instituições multilaterais, com a democracia e com a economia de livre-mercado.

Em seu notável estudo sobre a ordem internacional – *A Sociedade Anárquica – um estudo da ordem política mundial* –, Hedley Bull mostra que não pode haver uma sociedade internacional sem ordem. Ordem, seja lá qual for, é absolutamente indispensável para a convivência civilizada entre os entes sociais. Mas mostra também que não existe uma única ordem internacional possível. Na verdade, podem existir várias diferentes ordens a serem instauradas. Necessárias e indispensáveis, uma vez que elas proporcionam estabilidade e previsibilidade nas relações entre os Estados, as ordens internacionais possíveis dependem do relacionamento que as grandes potências estabelecem entre si: “administrando seu relacionamento bilateral e explorando a sua preponderância no sentido de centralizar os assuntos do conjunto da sociedade internacional (p. 237)”. Por outras palavras, as instituições, as regras de convivência entre os Estados e a prioridade aos temas que requerem solução conjunta dos Estados que formam a sociedade internacional dependem do tipo de arranjo político que as grandes potências estabelecem entre elas.

Visto que a ordem internacional decorre do tipo de relação que as grandes potências mantêm entre elas, a questão fundamental passa a ser como os Estados se reconhecem como grandes potências. Aparentemente, a questão não parece difícil. Basta recorrer aos fatores de poder: capacidade produtiva e nível de desenvolvimento econômico, domínio das tecnologias de ponta, legitimidade do poder governativo, grau de unidade nacional, poder militar e capacidade de produção bélica, acesso ao mar, relacionamento com países vizinhos e vontade de fazer seus interesses nacionais serem considerados pelos demais Estados.

O problema passa a existir quando se trata do reconhecimento do *status* de grande potência por parte daqueles Estados que se haviam legitimado como grandes potências e que haviam criado uma ordem internacional à sua feição. Qual é o mecanismo, pelo qual se dá esse reconhecimento e que gera uma nova ordem internacional que venha a acomodar os interesses dessa nova grande potência? No ensaio “*The Thucydides Trap – Are the U.S. and China headed for War*”, publicado em setembro de 2015 na [revista The Atlantic](#), Graham Allison afirma que tal reconhecimento somente pode acontecer por meio da guerra. Não existe outro meio. Essa é a “armadilha de Tucídides”. Nenhuma potência cede de bom grado sua prerrogativa de definir a ordem internacional. A única maneira de a(s) potência(s) emergente(s) se fazer(em) reconhecer e negociar nova ordem internacional é recorrendo ao uso da força. A mudança na correlação de forças e o surgimento de novas grandes potências interessadas em adequar a ordem internacional aos seus interesses nacionais resulta, inexoravelmente, em guerra entre elas.

Evidentemente que muito ainda poderia ser dito sobre o processo de mudança na ordem internacional, mas essas breves observações teóricas nos parecem suficientes para nosso objetivo de avançar algumas ideias que a política externa do governo Trump suscita.

No exercício deste seu segundo mandato, Trump rompe com o consenso bipartidário, segundo o qual o objetivo estratégico dos Estados Unidos consistia em lutar para se manter em permanente posição hegemônica. Em seu entendimento, essa orientação estratégica foi responsável pelo relativo declínio do poder norte-americano. Declínio esse que se verifica na desindustrialização e na perda de dinamismo na evolução da tecnologia de ponta. Como resultado do estímulo norte-americano ao processo de globalização, deu-se a ascensão da China. O êxito chinês em seu desenvolvimento econômico, em sua exuberância comercial e em seu vertiginoso progresso tecnológico teria decorrido das facilidades concedidas pelos governos antecedentes, especialmente os democratas. Ao lado disso, esses governos teriam feito desnecessários gastos astronômicos para proporcionar proteção a governos aliados, tendo como consequência o fortalecimento econômico desses parceiros, que passaram a usar essa força contra os próprios interesses econômico-comerciais dos Estados Unidos. Além desses prejuízos, esses governos conduziram o país a participar de guerras inúteis que somente serviram para ceifar a vida de numerosos cidadãos norte-americanos.

A publicação da *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos*, em novembro passado (2025), veio confirmar a ideia que transparecia nas decisões tomadas até então por Trump, aquela da tácita admissão de que a estrutura do sistema internacional

se tornara multipolar. Tal admissão se evidencia na abordagem de algumas questões cruciais da política internacional.

Em primeiro lugar, a pressão sobre o governo ucraniano para alcançar um entendimento com a Rússia, de modo a dar um ponto final à guerra travada pelos dois Estados, sinalizava claramente o rompimento do compromisso assumido com os Estados europeus fortemente engajados no apoio à Ucrânia. Essa decisão mostra a significativa mudança de posição dos Estados Unidos em relação à Europa, em que a OTAN perde sua relevância estratégica e em que se reconhece o direito da Rússia de zelar pela segurança de seu entorno estratégico. Em segundo lugar, na disputa que trava com a China, a preocupação é evitar que os chineses assumam a posição hegemônica, mas não negar sua condição de grande potência. Esse ponto de vista implica o deslocamento do discurso militarista em defesa de Taiwan, para dar lugar a um discurso concentrado na disputa econômico-comercial e tecnológica. Em terceiro lugar, a categórica afirmação da condição da América Latina de área de influência dos Estados Unidos. Remetendo-se à Doutrina Monroe e ao pensamento industrialista de Alexander Hamilton, o documento oficial da orientação estratégica do Estado norte-americano sustenta a ideia de que os países compreendidos nas Américas do Norte, Central e do Sul devem negociar suas riquezas exclusivamente para o benefício da economia dos Estados Unidos. Não se aceita a ideia, portanto, de que outra potência venha a desempenhar o papel de principal parceira econômica desses países e, conseqüentemente, de beneficiária dessas mesmas riquezas.

Esse novo planejamento global posto em prática pelo governo Trump tem gerado grande perplexidade, tanto no conteúdo como na forma. Os líderes europeus, que davam demonstração de acreditar que a intenção dos russos seria de se expandir para o oeste depois de derrotar a Ucrânia, demonstram indignação ao se verem privados do apoio dos norte-americanos, sobretudo, diante da intenção declarada por Trump de anexar a Groelândia. Com isso, os EUA não apenas abandonam como se contrapõem frontalmente aos aliados da OTAN.

No caso da Ásia-Pacífico, a mudança de rumo não atingiu a mesma gravidade da situação da Europa. Nessa região, considerada pelo governo dos Estados Unidos como área econômica e geopolítica chave do mundo contemporâneo, onde devem se dar grandes batalhas, não houve reversão de alianças. Os aliados continuam os mesmos. No documento sobre a estratégia nacional de defesa, afirma-se o compromisso com um “Indo-Pacífico livre e aberto”. No entanto, a forma como Trump vem-se comportando em relação aos aliados europeus e em relação aos latino-americanos tem provocado [certo desconforto](#), como se observa na Austrália, aliada na AUKUS (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos), em virtude do tratamento por ele dispensado à Groelândia.

A grande mudança determinada pela nova inserção internacional dos Estados Unidos promovida por Trump se deu na relação com a América Latina. Desde a Segunda Guerra Mundial, quando formaram sólido consenso interno quanto à disposição de exercer a hegemonia no sistema internacional, os norte-americanos passaram a considerar a América Latina como sua exclusiva área de influência. Em *America's Strategy in World Politics*, publicado em 1942, Nicholas John Spykman traçava as diretrizes para a época que se seguiria à guerra, e que permaneceram praticamente inalteradas até os dias que correm. Spykman procurou marcar com nitidez as diferenças entre a América – branca, protestante e desenvolvida, do restante das Américas – mestiça, católica e atrasada. Segundo ele, em todas as Américas só podia haver espaço para

uma grande potência. Os demais Estados deviam estar alinhados politicamente com os Estados Unidos e funcionar como complementos da sua economia. Os governos norte-americanos que se sucederam ao longo do tempo se mantiveram perfilados com essa orientação estratégica. E essa hegemonia exercida sobre a América Latina, muito mais rígida no período da Guerra Fria, revestia-se de um discurso universalista em defesa das liberdades individuais, da democracia e do livre-comércio. Sempre que consideraram necessário, os norte-americanos não hesitaram em intervir, abertamente ou de maneira encoberta, mas seu poder cultural era tão vasto e convincente que permitia às oligarquias locais se abrigarem, confortavelmente, sob ele na defesa de seus interesses particulares.

Com o governo Trump 2.0, a estratégia se mantém, porém ela se apresenta de uma maneira muito diferente de como era no passado. Trump dispensa o uso da diplomacia e do discurso universalista e exige, despudoradamente, submissão aos interesses dos Estados Unidos. E a razão para tratamento tão áspero também é exposta sem qualquer subterfúgio. Os países da região devem reduzir suas relações econômicas com a China e reservar as matérias-primas estratégicas para alimentarem a tecnologia e o projeto industrialista dos Estados Unidos. Para ele, é inadmissível que as riquezas existentes nas Américas sejam usadas para promover o desenvolvimento econômico e tecnológico chinês ou de qualquer outra potência de fora do hemisfério.

Trump caracteriza sua linha de ação pela ousadia e pelo desrespeito às mais elementares regras do convívio civilizado entre os Estados. Seu governo se iniciou com a abertura de duas frentes conflituosas: a deportação em massa de imigrantes, expulsos dos Estados Unidos na condição de prisioneiros; e a generalizada elevação das tarifas de importação de mercadorias.

A primeira medida causou indignação na América Latina, uma vez que a deportação associava os imigrantes ao tráfico de drogas e à delinquência nos Estados Unidos. A segunda teve amplo impacto no comércio internacional, desorganizando-o momentaneamente. Mediante o argumento de que os países comercialmente parceiros levavam injusta vantagem no comércio com os Estados Unidos, Trump elevou drasticamente as tarifas, embora, mais tarde, tenha negociado, em posição vantajosa, a redução das taxas inicialmente anunciadas. No caso do Brasil, as taxas foram elevadas em 50%, o que causou grande apreensão nos setores produtivos atingidos pela medida. Ao lado disso, Trump se imiscuiu nos assuntos internos brasileiros, ao fazer descabidas exigências ao Supremo Tribunal Federal, para que anulasse o processo em curso contra o ex-presidente que organizara um frustrado golpe de Estado.

O ataque militar à Venezuela, com o consequente sequestro do presidente Nicolás Maduro, excedeu todas as outras decisões em atrevimento e desrespeito ao direito internacional. Agitando o artificioso argumento de que o presidente venezuelano chefia um poderoso cartel de drogas, Trump ordenou um cerco marítimo do país, ocupando o Mar do Caribe com inúmeros vasos de guerra, os quais afundaram diversos barcos civis. O cerco militar culminou com uma operação de comando que conseguiu sequestrar e levar a julgamento nos Estados Unidos o presidente daquele país. Para adequar a prisão de Maduro às leis norte-americanas, Trump acabou admitindo que a acusação de tráfico de drogas era fantasiosa, e que a verdadeira finalidade da operação de guerra era colocar a Venezuela sob controle político dos Estados Unidos e, desse mo-

do, dar às empresas norte-americanas acesso às reservas de petróleo venezuelanas. Com isso, pretendia subtrair a riqueza mineral dos venezuelanos, ao mesmo tempo em que impunha uma vitória estratégica a chineses e russos, que dedicavam seu apoio ao governo de Maduro.

A operação ainda não pode ser considerada encerrada, pois existem sérias dúvidas quanto ao interesse das empresas petrolíferas norte-americanas em fazer os investimentos necessários para poder extrair e comercializar o petróleo, assim como existem dúvidas quanto ao futuro político da Venezuela, dado que o país continua a ser governado pelas mesmas forças políticas, representadas pela vice-presidente Delcy Rodríguez. Apesar dessas hesitações, o governo comemora o êxito da operação militar porque interrompeu as exportações de petróleo da Venezuela para a China, bem como para Cuba, alvo acalentado pelo secretário de Estado Marco Rubio.

Paralelamente a essas decisões arbitrárias unilaterais, Trump age também contra as entidades multilaterais. Alegando que “as políticas climáticas radicais, governança global e programas ideológicos entram em conflito com a soberania e a força econômica dos Estados Unidos”, ele ordenou a saída do país de [66 organizações internacionais](#), sendo 31 delas da ONU. Uma deliberação que enfraquece todos esses organismos, uma vez que, além de deixar de contribuir financeiramente para a manutenção delas, deixa os Estados Unidos à margem de suas recomendações, livre, portanto, de qualquer compromisso coletivo.

Trump cumpriu apenas seu primeiro ano na presidência. Ele tem ainda três anos pela frente. Neste segundo ano de mandato, haverá eleições legislativas, cujo resultado tanto pode reforçar sua base congressual, caso os republicanos alinhados com ele tenham bom desempenho, como também pode servir de freio para suas políticas, desde que os democratas alcancem posição majoritária. Além dessa variável eleitoral, há também o estado de ânimo de parte da sociedade, que começa a se manifestar cada vez mais indignadamente contra as suas decisões no âmbito doméstico. Não há como prever em qual direção o processo vai evoluir. Especula-se mesmo a hipótese de um *impeachment*, caso, evidentemente, a oposição consiga prevalecer no Congresso. Não há também como saber como será o governo dos Estados Unidos após a presidência dele, pois, por mais que haja intenção de reverter tudo aquilo que ele realizou até agora, o fato é que reversão completa é impossível. Quem quer que seja que venha a exercer a presidência após ele, deverá começar por onde ele terminou, e, obviamente, os Estados Unidos e o restante do mundo não serão os mesmos de quando ele iniciou seu mandato. Não será possível, no futuro, considerá-lo um hiato na história país.

Essas breves considerações têm por intuito chamar a atenção para a séria questão da ordem internacional.

Desde o início de seu mandato, Trump revelou grande sensibilidade para a questão da ordem internacional. Porém, de maneira completamente diferente daquela manifestada pelos governos democratas de Obama e Biden.

Biden, principalmente, trabalhou para defender a ordem internacional nascida no fim da Segunda Guerra Mundial. Essa ordem internacional se caracterizou pela multiplicação de entidades multilaterais ao longo do tempo, o que se explica pela internacionalização de várias questões que antes não tinham maior importância ou que simples-

mente surgiram como resultado da crescente complexificação das relações internacionais. Questões tais como defesa do meio ambiente, tráfico de drogas e organizações criminosas são exemplos de matérias que sempre existiram, mas que passaram a exigir cooperação entre os Estados para solucioná-las ou equacioná-las, em virtude da impossibilidade de qualquer Estado em enfrentá-las eficazmente sem a cooperação de outros Estados. São questões que demandam uma legislação internacional, cuja tecitura depende do igual interesse dos demais Estados. E, na medida em que as organizações internacionais foram sendo criadas para tratar desses assuntos específicos, os Estados Unidos procuraram se fazer presentes em todas. Não somente com o propósito de contribuir positivamente para o sucesso delas, como também para eventualmente melhor se defender de acusações e ataques.

Tendo em vista seu poder econômico e político, os Estados Unidos podiam contribuir financeiramente para o funcionamento dessas organizações e ocupá-las com pessoal especializado, coisas que são difíceis, senão mesmo impossíveis, para outros Estados. Mesmo quando em desvantagem na defesa de determinadas posições, sendo pressionados por coalizões de Estados, em virtude de seu amplo poder econômico, político e militar, os Estados Unidos podiam fazer prevalecer suas posições, negociando com os Estados antagonistas em matérias tratadas em outras organizações internacionais. Por isso, mesmo quando fortemente criticados, os dirigentes norte-americanos, prevalecendo-se dessa capacidade de jogar simultaneamente em diferentes tabuleiros, sempre defenderam o multilateralismo.

A defesa da ordem internacional se tornou questão séria para os Estados Unidos, quando da emergência dos grandes países da periferia demonstrando desejo em desempenhar papéis de protagonistas em diversos temas de alcance mundial. Sobretudo quando esse desejo se objetivou na formação de uma coalizão, o BRICS, com a finalidade de promover mudanças na ordem internacional. Apresentando-se como porta-voz do mundo em desenvolvimento, o BRICS defendia a proposta de democratizar as relações internacionais por meio da abertura de canais para proporcionar aos países periféricos oportunidades de perseguir mais consequentemente o desenvolvimento econômico-social.

Consciente da grande ameaça à sua posição internacional representada por essa coligação e pela capacidade dela de se expandir agregando novos membros, os formuladores de política do governo Biden passaram a atacá-la. A tática usada para desacreditar e dissolver o grupo foi concentrar críticas na China e na Rússia, apontadas como potências politicamente avessas às liberdades individuais e estranhas aos valores democráticos e à economia de mercado. A partir dessa classificação, os norte-americanos alardearam que uma nova ordem internacional proposta por esse núcleo de Estados somente podia resultar numa ordem internacional marcada pelo autoritarismo, pelo consequente desrespeito aos direitos humanos e pela recusa das regras econômicas liberais. Biden, usando a guerra na Ucrânia e a suposta intenção belicosa da China em relação a Taiwan como bases de sua ação política, buscou mesmo reeditar a Guerra Fria. Embora todos os atores desse processo estejam comprometidos com a economia de mercado e não contraponham qualquer formação ideológica aos valores democráticos, o governo Biden acusava-os de conspirar contra a ordem internacional liberal.

O governo Trump abandonou essa linha de ação de Biden e iniciou uma abordagem completamente diferente. O inimigo estratégico continuou sendo o BRICS, mas não

por ele propor nova ordem internacional. Na medida em que Trump apresenta uma perspectiva internacional calcada nas relações econômico-comerciais e na disputa pela vanguarda tecnológica, sua maior preocupação em relação ao BRICS é o projeto de substituição do dólar como moeda internacional por outra ou outras moedas. Em seu entendimento, a defesa que o BRICS faz da multipolarização e multilateralização das relações internacionais em nome do Sul Global não passa, na verdade, de uma política que visa a atacar os Estados Unidos. Daí as [ameaças que profere](#), sempre que o tema da desdolarização vem à tona:

“A ideia de que os países do BRICS estão tentando se afastar do dólar enquanto ficamos de braços cruzados acabou. Exigimos um compromisso desses países de que não criarão uma nova moeda do BRICS, nem apoiarão qualquer outra moeda para substituir o poderoso dólar americano, ou enfrentarão tarifas de 100% e deverão se despedir das vendas para a maravilhosa economia americana”.

Ainda que não se revele interessado em fazer os Estados Unidos voltarem à posição hegemônica, Trump entende perfeitamente que a posse da moeda internacional garante permanente poder e que, em consequência, a substituição do dólar por qualquer outra ou outras moedas acelerará o declínio dos Estados Unidos como potência mundial. Essa é a razão das ameaças que lança contra todos que apoiam a ideia do uso de outra moeda internacional.

Ao mesmo tempo em que não aceita o enfraquecimento da moeda norte-americana, o que, evidentemente, afetaria a inserção internacional dos Estados Unidos, Trump desdenha abertamente da ordem internacional. Despreza a ONU e todos os organismos a ela vinculados, bem como todos os acordos internacionais em que o Estado norte-americano esteve engajado. Entretanto, não esboça qualquer tentativa de criação de uma ordem internacional.

Ironicamente, os Estados Unidos que eram os principais defensores da ordem internacional, tornaram-se os principais detratores da ordem. As ameaças que Trump já fez ao Canadá, México, Dinamarca, Irã, Panamá e a ação militar injustificada a Venezuela, sequestrando o presidente desse país, junto à saída dos organismos internacionais, do insultuoso desrespeito ao direito internacional, representam o mais violento ataque à ordem internacional, jamais imaginado por quaisquer dos críticos mais radicais dessa ordem.

Os teóricos das relações internacionais construíram todo um saber crítico apoiados na seguinte ideia-base: o ambiente internacional é anárquico. Não existe nenhuma instituição situada acima dos Estados com o poder de criar leis e fazer os Estados respeitá-las, em favor da paz entre eles. Essa é uma ideia inspirada na filosofia política moderna (séculos XVII e XVIII), cujos principais expoentes foram Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Sobre ela, construiu-se um arcabouço teórico capaz de permitir um conhecimento e alguma previsão das relações internacionais. Essa construção teórica foi produzida, todavia, dentro dos Estados mais poderosos, que assim podem justificar todas as violações de soberania dos Estados menores e mais fracos. A partir do olhar da periferia, no entanto, sempre ficou muito evidente que não há propriamente

uma anarquia, mais sim uma hierarquia, na medida em que se sabe que os que violam os direitos dos menores e mais fracos são os mais fortes, criadores da teoria.

Apesar desse óbvio caráter anárquico do sistema internacional de poder, sempre houve, da parte dos mais fortes, a preocupação em justificar o abuso de seu poder com argumentos morais universalizantes. Ora, Trump está a desmoralizar toda essa construção. Está pondo a nu que manda quem tem mais poder militar, e ponto final. Ele e seus asseclas deviam saber que é impossível manter o poder somente com o uso da força bruta. Isso pode acontecer durante algum tempo, mas não poderá durar. Portanto, é inevitável que, em algum momento, haja uma rebelião contra esse abuso. O poder militar-nuclear dos Estados Unidos é verdadeiramente formidável, mas não foi estruturado para enfrentar o resto do mundo de uma só vez.

Notas

ALLISON, Graham. The Thucydides Trap – Are the U.S. and China Headed for War. *The Atlantic*, Thursday, September 24, 2015.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica – Um estudo da ordem política mundial*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

SPYKMAN, Nicholas John. *America's Strategy in World Politics – The United States and the Balance of Power*. s/l, Archon Books, 1970.

THOMAS HOBBS. *Leviatã – Ou Matéria – Forma e de Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

* Revisão e edição: [Tatiana Teixeira](#). Este conteúdo não reflete, necessariamente, a opinião do [OPEU](#), ou do [INCT-INEU](#).

** Sobre o OPEU, ou para contribuir com artigos, entrar em contato com a editora do OPEU, Tatiana Teixeira, no e-mail: tatianat19@hotmail.com. Sobre as nossas *newsletters*, para atendimento à imprensa, ou outros assuntos, entrar em contato com Tatiana Carlotti, no e-mail: tcarlotti@gmail.com.

Siga o [OPEU](#) no [Instagram](#), [Twitter](#), [Linkedin](#) e [Facebook](#)
e acompanhe nossas postagens diárias.

Comente, compartilhe, envie sugestões, faça parte da nossa comunidade.

Somos um observatório de pesquisa sobre os EUA,
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.